

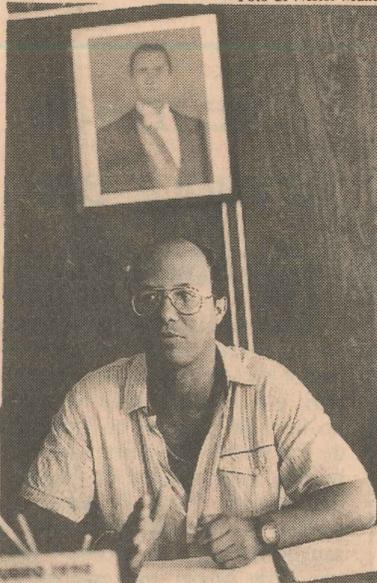
# DPU expulsa quem não pagar taxa

Os 55 mil ocupantes ilegais dos terrenos de Marinha, em todo o Estado, que não regularizarem sua situação mediante o cadastramento e o pagamento das devidas taxas, serão considerados invasores e perderão direito ao lote. O aviso foi dado ontem pelo titular da Delegacia do Patrimônio da União (DPU), José Antônio da Costa, ao enfatizar que o órgão irá jogar duro com as pessoas que ocupam ilegalmente terrenos da União. "Quem não pagar os impostos serão expulsos", avisou.

Para regularizar a situação, a Delegacia de Patrimônio da União iniciará em janeiro um novo cadastramento das áreas pertencentes à União, começando pelos municípios de Vitória, Vila Velha e Guarapari. A partir daí será dado um prazo para as pessoas procurarem o órgão e pagarem todas as taxas, a contar de 1985. O delegado informou que os impostos relativos ao período anterior a esta data serão perdoados. Atualmente, são considerados ocupantes legais 15 mil pessoas, por pagarem taxa pela ocupação do lote.

A ação da DPU se baseia no Decreto-Lei 1.561/77, que veda a ocupação gratuita de terrenos da União, salvo quando autorizado em lei (doação para instituição de caridade, por exemplo). Em Vitória, segundo o delegado, a estimativa é de cadastrar 5 mil

Foto de Nestor Muller



*José Antonio: jogo duro*

famílias, que ocupam ilegalmente os lotes. São 12 os bairros que os terrenos estão cadastrados: Forte de São José, Jucutuquara, Ilha de Santa Maria/Monte Belo, Bairro de Lourdes, Gurigicas, Bento Ferreira, Praia do Suá, Santa Lúcia, Praia do Canto, Bairro Bomba e Pontal de Camburi.

O delegado informou que a situação mais críticas é em Pontal de Camburi, onde 95% dos terrenos estão ocu-

padados por pessoas que nunca pagaram impostos à União. O titular da DPU destaca, porém, que toda a ilha de Vitória (trecho que vai da Ponte da Passagem a Santo Antônio) é terreno de propriedade da União. "Quem ocupa terreno neste trecho e não paga as devidas taxas é considerado invasor e vai ter que regularizar sua situação".

Já em Vila Velha, o cadastramento atingirá 3.500 unidades. Serão cadastradas inicialmente as seguintes áreas: da Barrinha (38º Batalhão de Infantaria) à Toca, passando pelo Centro, parte da Praia da Costa e outros. Em Guarapari, serão obrigados a regularizar situação junto à DPU cerca de 3 mil ocupantes de terrenos, nos bairros do centro, Parque da Areia Preta e Esplanada. Quanto aos demais municípios, o delegado do DPU recomenda que os ocupantes dos lotes se dirijam ao órgão para legalizar a situação e se cadastrarem, caso contrário, será expulso do local por não pagar os impostos.

No cadastramento serão levantados o tamanho do terreno, da casa e analisadas as benfeitorias. As taxas a serem pagas, segundo o delegado, são baixas: 2% ou 5% do valor do terreno. Os ocupantes com renda mensal até dois salários mínimos, no entanto, podem recorrer à Justiça e requererem a isenção do pagamento da taxa.